

Uma tentação cosmopolita¹

■ PHILIP SCHLESINGER*

RESUMO

Para muitos, a transnacionalização da ação política e do espaço comunicativo na União Européia anuncia uma ordem cosmopolita emergente. É realmente necessário ser assim? Existem na União Européia instituições supranacionais, assim como existem espaços políticos e culturais transnacionais, além de fluxos comunicativos em zonas de fronteira. No entanto, os Estados-membros da UE perduram como os principais controladores dos direitos dos cidadãos e como fornecedores de identidades coletivas, e por várias razões, eles ainda mantêm esferas públicas nacionais fortemente limitadas. Essas limitações, devido ao caráter incerto da política da UE, geraram diversas conseqüências para a organização dos espaços comunicativos.

Palavras-chave: identidade coletiva, cosmopolitismo, União Européia, nação, esfera pública, Estado

ABSTRACT

For some, the transnationalization of political action and communicative space in the European Union heralds an emergent cosmopolitan order. Need that to be so? There are supranational institutions in the EU as well as transnational political and cultural spaces and cross-border communicative flows. However, the Union's member states remain key controllers of citizenship rights and purveyors of collective identities. And for many purposes they still maintain strongly bounded national public spheres. Wishful thinking about cosmopolitanism can get in the way of clear analysis.

Key words: Collective identity, cosmopolitanism, European Union, nation, public sphere, state.

* Professor de Política Cultural e Diretor Acadêmico do Centro de Pesquisa de Política Cultural da Universidade de Glasgow, Grã-Bretanha.

Traduzido por
MARIANE MURAKAMI

1. Reproduzido com autorização da SAGE Publications, London, Los Angeles, New Delhi and Singapore, de *European Journal of Communication*, volume 22, issue 4, "A Cosmopolitan Temptation", Philip Schlesinger, 2007, pp. 413-426 (© Sage Publications, 2007).

ESSE ARTIGO REFLETE sobre a perspectiva de uma esfera pública europeia e de um novo cosmopolitismo, perspectiva essa possibilitada pelo desenvolvimento da União Europeia (UE).

A UE é um bloco regional de 27 estados europeus, cada um com instituições políticas, burocráticas e judiciais diferentes. O que faz da União tão interessante para a teoria social e política – assim como para a pesquisa empírica sobre comunicação e cultura – é o fato de que se trata de uma experiência ímpar, por representar uma formação econômica regional com uma superestrutura política bem desenvolvida. Sua singularidade encontra-se tanto em sua dimensão quanto na habitual pretensão de algumas parcelas políticas da União em criar uma entidade política federal.

O desafio teórico em pensar sobre esferas públicas encontra-se tanto no caráter singular da UE como uma forma de governo quanto em sua natureza incerta – suas ambigüidades, suas fronteiras. A União é uma entidade supranacional dividida entre dois modelos – por um lado, uma cooperação intergovernamental e por outro, um possível federalismo. Hoje, ela opera como um regime regulador para seus estados-membros, e sua principal vocação federalista permanece incerta. Em abril de 2007, o ex-ministro das Relações Internacionais da Alemanha, Joschka Fischer, evidenciou a atual falta de legitimidade e estagnação da UE sobre a reforma institucional e advertiu sobre um possível desmantelamento. Na época da escrita desse artigo (junho de 2007), a presidência alemã da UE, sob o comando da chanceler Angela Merkel, tentava lidar com a paralisação constitucional. O impasse veio por volta de junho de 2005, quando, em plebiscito, os eleitorados franceses e holandeses rejeitaram o processo de ratificação da Constituição Europeia.

Por que se preocupar com esforços para produzir uma constituição? A razão principal é a de a europolítica em desenvolvimento ter sido alçada equivocadamente à condição de Estado e ter estendido noções de cidadania e identidade – ainda que cautelosamente – para além da nação-estado. O compromisso integral dos cidadãos em uma esfera pública europeia (ou, mais provavelmente, em uma esfera interconectada de públicos) mudaria o equilíbrio atual de relações entre a União e os estados-membros. Ações comuns em um espaço comum (ou em espaços interligados) teriam conseqüências diversas para as concepções de pertencimento coletivo ao corpo político.

Sem dúvida, essa perspectiva está aberta à discussão, e é válida sob o ponto de vista teórico de que a UE seja uma tela onde diferentes modelos normativos são continuamente projetados. Disto segue que o significado de muitos trabalhos empíricos – incluindo aquele sobre o papel contributivo da

mídia e da comunicação para uma possível construção de uma esfera pública europeia – está aberta a diversas interpretações.

UM NOVO COSMOPOLITISMO?

A atual trajetória da União Europeia tem atraído o interesse de grandes teóricos sociais, tais como Ulrich Beck, Manuel Castells e Jürgen Habermas. De diversas maneiras, todos destacaram o potencial cosmopolita da UE. Beck, por exemplo, definiu o panorama cosmopolita como aquele que engloba uma

percepção global, um senso de ilimitação. Uma consciência reflexiva diária e histórica das ambivalências em um ambiente de diferenciações obscuras e contradições culturais. Isto revela (...) a possibilidade de moldar a vida de um indivíduo sob condições de heterogeneidades culturais (Beck, 2006:3).

Se a concepção de Beck destaca a importância geral da ambivalência de uma *Weltanschauung* (visão de mundo) cosmopolita, no caso da Europa ele está definitivamente apto a tentar resolver essas contradições. É perceptível que a criação e a elaboração de uma formação política supranacional favoreceram reflexões sobre pós-nacionalismo e transnacionalismo. Entretanto, existe uma diferença crucial entre desenvolver uma consciência crítica sobre a natureza incomum da UE como uma forma de governo, e ver a União como um espaço cosmopolita em ascensão que permite escapar ao aprisionamento do nacionalismo.

Sendo assim, a “tentação cosmopolita” do título deste artigo aborda o nosso desejo de examinar as possibilidades pós-nacionalistas da UE. Não podemos negar que devem emergir durante o desenvolvimento da União novas relações que transformariam a instância nacional. Apesar de a imaginação política poder e dever estar disposta à construção de uma futura boa sociedade, é perigoso desfazer-se das amarras de uma inteligência analítica que atenta para a expansão territorial. Certamente a alternativa cosmopolita é tentadora, dado o grande poder destrutivo do lado obscuro do nacionalismo na Europa durante o século 20 e dos contínuos conflitos étnico-raciais no século 21. Entretanto, os empenhos não podem abolir a contínua significância da dimensão nacional.

Precisamos disciplinar nossas reflexões sobre as possibilidades do cosmopolitismo mostrando a real relevância da existência de um sistema formal e a importância histórico-cultural da nação em pensar sobre o futuro da esfera pública na Europa.

ESPAÇO COMUNICATIVO

A idéia de espaço comunicativo é central para pensarmos os trabalhos da esfera pública política contemporânea. Quando usado neste contexto, a metáfora espacial indica o que deve, ao final, ser uma figura fronteiriça em que relações internas e externas estão sujeitas a um raio de determinações específicas. A esfera pública é comumente concebida como um domínio constituído por exercícios de julgamento crítico, onde escrever, publicar, visualizar, falar, escutar e deliberar são meios de comprometimento com questões de interesse público. Na era do Estado moderno, o principal espaço de comunicação política tem sido freqüentemente comparado aos limites territoriais de uma comunidade nacional. Nas palavras de Ernest Gellner (1983), esse espaço fornece um “abrigo político” para a cultura nacional. Os discursos midiáticos de atores políticos têm um papel fundamental em dar forma e textura à esfera pública.

Slavko Splichal (2006) notou que o princípio kantiano de publicização faz uma reivindicação universal que necessariamente se prolonga além de uma estrutura política nacional ou, certamente, européia. Portanto, para os cosmopolitas, o espaço comunicativo público é, em proporção, potencialmente global. Conseqüentemente, os Estados tornam-se relativizados enquanto espaços comunicativos e receptáculos de ações políticas. No entanto, é importante notar que os Estados não foram superados como os principais controladores da cidadania, como fornecedores de identidades coletivas, ou como distribuidores de um grande número de serviços e demandas que moldam o cotidiano e as experiências de seus habitantes.

Sendo assim, em se tratando de conceituar a esfera pública, duas perspectivas abrangentes – a estadista e a global – se encontram em jogo em pólos divergentes. Essa caracterização dualística pode, aparentemente, simplificar e dramatizar a questão, mas nos oferece uma porta de entrada a debates sobre a UE.

Se “o Estado” e “o globo” expõem concepções distintas do espaço político, políticas que não são nem um e nem o outro representam um desafio particular para tal categorização. Numa estrutura conceitual binária, suas ambigüidades simplesmente não podem ser resolvidas. Nesse sentido, a UE seria uma irregularidade conceitual. Menos totalizante que o globo, possui um maior alcance territorial que o Estado. E é exatamente essa figura ambígua que a faz tão suscetível à tentação cosmopolita.

Uma vez que o alcance das comunidades comunicativas nacionais na UE não é mais totalmente definido pelas fronteiras dos estados-membros, para analisar os espaços comunicativos emergentes da Europa devemos mudar nosso foco para as arenas supranacionais centradas em Bruxelas e considerar como isso funcionaria para seus representantes públicos.

A ESFERA PÚBLICA EUROPÉIA É MANEJÁVEL?

Como podemos pensar em “publicidade” nessa grande complexidade que é a UE? É necessário considerar a coexistência dos discursos e das instituições nacionais e européias. O fazer político da UE é a principal parte constitutiva das agendas políticas domésticas dos estados-membros, e também a sua estrutura legal e econômica. Ainda que para muitos cidadãos a União represente um outro lugar, um nível político diferente e um *locus* externo de tomada de decisões, mais que isso, ela é algo interno. Cientistas políticos afirmam que essa difundida alienação pública sobre a UE é um “déficit democrático”, e cresce ainda outra crença de que a isto se segue um “déficit comunicativo”.

Essa inquietação foi marcada pelo “Livro Branco sobre uma política de comunicação européia” adotado pela Comissão da UE. A Comissão tentou conquistar públicos mais resistentes via uma parceria envolvendo a sociedade civil dos estados-membros. Isso pressupõe uma teoria implícita, não apenas uma teoria de comunicação política, mas também de comunicação social. A sociedade civil está ainda a caminho de ser compreendida operando dentro de um domínio político; trata-se também de um domínio sociocultural distante e, ao mesmo tempo, um domínio da vida diária. O território da comunicação social abarca densas relações sociais; em alguns âmbitos, isso concerne o mundo oficial da política e de outras instituições. Mas mais importante talvez sejam nossas conexões diárias com localidades, locais de trabalho, associações, nossos gostos e prazeres compartilhados, intimidade e atrativos. Nossa rotineira “contextualidade”² é o que produz as sensações de pertencimento e de conexão emocional, tão evidentes na vida nacional nos estados europeus. Ao passo em que o debate contemporâneo sobre o futuro do multiculturalismo é assegurado, a esfera pública nacional torna-se um terreno de notável conflito. O que importa para os atuais propósitos, no entanto, é que antes de identificar um “europeísmo” com potencial cosmopolita, a abordagem proposta pela Comissão Européia para a mobilização cidadã já estava de acordo com a nação e o estado.

Na verdade, fato desconhecido pelos seus ascendentes, essa abordagem de comunicações sociais possui uma linhagem centenária. Por volta de 1900, o teórico austro-marxista Otto Bauer (2000) desejou fortalecer a autonomia cultural nacional no império multinacional dos Habsburg. Ele concebeu essa nação como lingüística e culturalmente controlada, ou em última instância, predisposta a um fechamento comunicativo. Mas ela não pode ser um espaço autárquico, uma vez que é operada no interior de uma ampla formação política do império austro-húngaro. Trata-se de uma afirmação prematura de uma teoria social da comunicação sobre a nação que deixou sua marca conceitual no discurso das teorias contemporâneas do nacionalismo sobre as esferas públicas.

2 Do termo em inglês “situatedness”. Com raízes nas obras do psicólogo Lev S. Vygotsky, o termo traz a idéia de que o desenvolvimento da inteligência individual pressupõe a inserção social e cultural do indivíduo.

Consideremos Karl Deutsch (1996: 19-20), um antigo teórico da União Européia influenciado por Otto Bauer, que afirmou que as nações e os estados-nações são fortemente limitados pelos seus padrões de interação. Em outras palavras, a comunicação social produz coesão e identidade coletiva – e nos convida a compartilhar uma mesma sorte.

Esta simples – porém coercitiva – idéia é reproduzida em um grande número de influentes teorias sobre o nacionalismo. Na prática, a perspectiva de Ernest Gellner (1983: 37-8) de que a cultura é “o estilo distintivo de conduta e comunicação de uma dada comunidade” e que é “agora o agente necessário compartilhado” da nação é, no fundo, uma teoria de comunicações sociais de coesão. Para Gellner, o sistema nacional de educação é a principal agência que difunde uma “alta cultura” letrada. A mídia, por sua vez, é vista como suporte da comunidade política, abastecendo-a com códigos profundos que constroem a distinção entre “nós” e “eles”.

De maneira semelhante, Benedict Anderson (1991) afirmou que o consumo coletivo da comunicação midiática (baseada em uma língua “nacional” comum) cria e sustenta um senso de pertencimento comum. Michael Billig (1995) também apoiou e estendeu essa perspectiva das comunicações sociais. Enquanto cidadãos, sugere o autor, vivemos menos em um estado de mobilização perpétua do que em um estado de assimilação banal do simbolismo e categorizações cotidianos.

Essa vertente da teoria das comunicações sociais é hoje ainda mais provocadora quando – precisamente sob condições de multiculturalismo – ela é tão transparente a ponto de todas as fronteiras culturais dos cidadãos serem definidas pelos espaços públicos nacionais. Além disso, existe o fato de todos os sistemas nacionais de comunicação serem influenciados pelo que se encontra no exterior. Culturas nacionais são geralmente permeáveis, mesmo quando censuradas e controladas, e na era da internet, da comunicação móvel, do social networking e da difusão via satélite, essa relativa sinceridade é ainda maior do que já fora um dia.

Tudo isso reconhecido, cosmopolitas contemporâneos invertem os termos da velha charada austro-marxista. Naquela época, Otto Bauer tentou dirigir-se às demandas nacionalistas partindo do interior da estrutura de um estado multinacional. Seu problema era garantir mais ações para a cultura nacional dentro da carapaça do atual estado supranacional – a fim de liderar o separatismo na conjuntura. Hoje, no entanto, escritores cosmopolitas contemporâneos desejariam deixar para trás a até agora incompleta União Européia. Ao invés de jogar nas fronteiras, eles enfatizam o potencial transcendente da estrutura européia emergente e a sua capacidade de se conectar a uma nova ordem global que necessita de uma esfera pública para medir forças.

Mas existem alguns obstáculos evidentes para a criação de uma esfera pública europeia de caráter geral, cujas instalações podem indubitavelmente ser um passo fundamental no curso cosmopolita. Por exemplo, há uma diversidade lingüística considerável na UE (atualmente, 23 línguas oficiais) e uma *intelligentsia* fragmentada (ainda limitada aos sistemas culturais nacionais). Como tem sido amplamente documentado, a questão da língua na Europa gerou diretrizes complexas e políticas irregulares (Castiglione e Longman, 2007). De fato, a língua inglesa tem emergido como uma língua franca não-oficial, mas é discutível que o processo priorizaria as necessidades funcionais às construções de identidades coletivas.

A complexidade cultural da UE exerce influência em larga escala. Linguagens regionais indígenas ou minoritárias, muitas vezes com o apoio de instituições e sistemas midiáticos, operam em um nível sub-estadual, em que públicos particulares são formados com base em distinções lingüísticas ou culturais. Além disso, migrações contínuas e ligações diaspóricas têm garantido que, alhures, outras diversidades lingüísticas e culturais – em parte sustentadas pelo consumo midiático transnacional – sejam parte e parcela do panorama contemporâneo dos estados-membros. As políticas de língua e suas relações com a linguagem são centrais a essa discussão (Cormack e Hourigan, 2007; Jouët e Pasquier, 2001; Moragas Spà et al., 1999).

Reconhecer essa diversidade nacional como algo inerente é uma possível mudança; outra é tentar fechar as portas da UE às diferenças. De qualquer forma, ambas as ações envolvem estratégias de manejo político. A maneira como a “unidade na diversidade” (também conhecida como coesão mínima) é percebida discordará dependendo da postura adotada em relação à nova migração e ao multiculturalismo contemporâneo.

Atualmente, debates sobre pertencimento nacional têm se centrado especialmente (embora não exclusivamente) na questão da presença muçulmana nos estados europeus. Ao lado das ocasionais coberturas midiáticas acerca do vestuário feminino muçulmano, o ponto alto desse eco surgiu durante as incidências sobre as charges de Maomé em 2005. As identidades religioso-culturais enredaram-se em conflitos contemporâneos sobre o secularismo pós-Iluminista, cujos campos de batalha também colocaram cristãos e humanistas em confronto.

Não é surpresa em uma formação política como a UE que conflitos nacionais também ecoem no plano europeu. Nos debates da Convenção Constitucional da UE (de 2002 a 2004), ocorreram extensas discussões sobre o dever da União de salientar ou não sua herança espiritual cristã como parte integral de sua identidade. As reações seguintes mostraram que esse projeto era interessante às minorias não-cristãs da Europa e para os humanistas.

Trata-se de uma questão discutível, dado o ingresso da Turquia na UE. Outros estados do continente europeu ainda estão esperando unir-se ao clube, e grande parte deles são pós-comunistas. No entanto, esse não é o caso da Turquia, um estado formalmente secular com uma grande população muçulmana. Esse secularismo ininterrupto da Turquia é, atualmente, objeto de vários conflitos políticos. O empenho do país nessa união à UE concentrou sua atenção nas extensas definições do que se denomina identidade “européia”. O crescimento do leste da União reforçou o *lobby* que quer salientar a herança cristã da Europa e fixar essa identidade coletiva em um futuro pacto constitucional da UE. Mais de uma tentativa dessas já foi feita, e não há razão alguma para achar que esse argumento são águas passadas nas políticas discursivas sobre fronteiras e identidades da UE.

Ulrich Beck descreveu a identificação do “européismo” com a herança religiosa como uma tática retrógrada. Mas é claro que isso não desaparecerá facilmente, ainda que seja uma questão regularmente levantada pelos políticos da UE e, em março de 2007, pelo papa Bento XVI.

AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS REALMENTE IMPORTAM?

O debate sobre valores espirituais e herança religiosa mostra que não podemos escapar das políticas, sejam elas altas ou baixas. Isso significa que temos que levar as instituições da UE a sério. Por essa razão, os cosmopolitas se dividem em dois grupos: institucional e pós-institucional.

Os cosmopolitas institucionais usam a linguagem dos direitos e dos deveres. A concepção habermasiana da UE supranacional e lastreada nos direitos está ligada à perspectiva global. Ela retrata a esfera pública como potencialmente ilimitada, deslocando-se de locais específicos (como as nações) para a co-presença virtual de cidadãos interligados pela mídia pública. Habermas (1996: 373-4) defende que o espaço comunicativo está para ser compreendido em termos de “uma complexa rede... [que] se diversifica em uma sobreposição de arenas internacionais, nacionais, regionais, locais e subculturais”.

Uma esfera pública européia, no entanto, seria infinita, com conexões comunicativas estendidas para além do continente. Mas o que fica sem solução é o fato de as práticas comunicativas convergentes poderem ou não produzir algum tipo de coesão cultural, resultando – nas palavras de Bauer – em uma “comunidade-destino” européia.

Como resposta, Habermas propõe que os cidadãos da UE tornem-se “patriotas constitucionais”. Essa forma pós-nacionalista e regrada de identificação implica uma hierarquia e, ao menos, alguma distinção entre “nós” e “eles”. Isso traz ecos inevitáveis de uma ultrapassada concepção interestadual

de ordem política. Se uma abordagem de comunicações sociais para a esfera pública insiste na “densidade” dos valores e práticas que sustentam a cultura política, o patriotismo constitucional supõe relações “estreitas”. Entretanto, isso necessariamente pressupõe certas afinidades com outros patriotas, diga-se, em uma crença comum na importância das regras do jogo. Assim, o potencial cosmopolita da UE está ainda ancorado em uma rede de afiliações.

É por isso que Habermas enfatiza a importância de uma constituição europeia. Isso demarcaria um espaço político distintivo e forneceria uma “orientação comum de valor”. O constitucionalismo permaneceria central para a forma que a esfera pública europeia poderia ser imaginada: acima, ligada a estruturas mais gerais de governo e abaixo, a estruturas mais particulares.

Habermas (2004: 27-8) enxerga o “processo constitutivo [como]... um instrumento único de comunicação entre fronteiras”. Ele salienta o papel fundamental de uma “esfera pública de comunicação política de alcance europeu” e “a criação de uma cultura política que pode ser compartilhada por todos os cidadãos da EU”. Hoje, podemos questionar se o processo constitucional – que terminou no colapso de 2005 – foi realmente uma maneira efetiva de comunicação transnacional. Mais impressionante foi a estruturação nacional de um debate e a forma como as considerações nacionais procederam sobre a rejeição pela França e Holanda do pacto constitucional.

A tentativa de Habermas de transitar entre a liberdade do potencial cosmopolita e a coerção das instituições assemelha-se à abordagem de Manuel Castells (1998), que vê a UE como precursora de uma nova ordem política, de novas formas de associação e lealdade: a euro-política emergente é um perfeito exemplo do que ele chama de “estado-rede”. A UE é percebida não somente como uma zona político-econômica, mas também como um tipo especial de espaço comunicativo. Castells discute como as redes, favorecidas pelas tecnologias de comunicação, transcendem as fronteiras.

Ele afirma que a UE possui diversos “nós” de importâncias variáveis, que juntos formam uma rede. Regiões e nações, estados-nações, instituições da UE, juntos constituem uma estrutura de autoridade compartilhada. Eles definem as fronteiras do suposto espaço comunicativo europeu – e, portanto, a esfera pública potencial (Castells, 1998: 220-1).

Essa abordagem sugere que o que Karl Deutsch um dia chamou de “complementaridades comunicativas” pode desenvolver-se fora do processo informal de criação da União. A força globalizante das tecnologias de comunicação é contestada por padrões emergentes de interação social no espaço da UE. Os cosmopolitas são então desafiados a reconhecer os diversos sentidos de fóruns particulares (ou esferas públicas) no interior de tal modelo de rede.

Coloquemos as instituições cosmopolitas em contexto. Fora de hora, diga-se, a UE desenvolveu uma intensidade interativa especial que, em alguns setores da vida pública, favorece a comunicação interna e cria um limite internamente diferenciado e relativo, com formas fortes e fracas de institucionalização. Isso pode, e de fato o faz, coexistir com a rede global e o desenvolvimento de um governo transnacional. Entretanto, no modelo intergovernamental atual, em contraposição ao potencial cosmopolita, as esferas públicas nacionais permanecem centrais para a vida política. Sem dúvida, também existem espaços transnacionais de comunicação, mas eles são mais propriamente particulares que gerais: as elites políticas e econômicas e as comunidades de especialistas (incluindo acadêmicos, a propósito) tendem a dominá-las.

Segundo Ulrich Beck (2006: 164), o empenho da UE com seu futuro político é, na verdade, uma “falha institucionalizada da imaginação” que não está à altura dos sonhos cosmopolitas de seus precursores. A União, ele sustenta, carece de pragmatismo político e de uma abertura radical. As tensões atuais entre os modelos regulatórios e federais, que são de vital importância explicativa, são abolidas (muito estranhamente) por Beck por negar a diversidade européia (Beck, 2006: 171-2). Ao invés disso, ele afirma, “a união política deve ser concebida como uma união cosmopolita da Europa, em oposição à falsa normatividade do nacional” (Beck, 2006: 167). A perspectiva empregada varia entre um “estado cosmopolita” e uma “cooperativa cosmopolita de estados”. Mas além desses lemas, ainda não está claro como o poder poderia realmente ser exercido, como de fato políticas pós-territoriais poderiam operar ou como o apoio à tolerância da diversidade étnico-cultural poderia ser garantida. Certamente, há pouco comprometimento com as políticas institucionais.

Por exemplo, segundo Beck, a UE inaugurou “um trabalho com as instituições com o objetivo de confrontar o horror europeu com os seus valores e métodos. Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, ele acredita, um dos maiores feitos da Europa foi insistir na proteção dos direitos humanos. Além disso, ele afirma que a comemoração da memória do Holocausto é a base institucional para a identidade da UE e, sem dúvida, para uma Europa mais liberal. Entretanto, a posição de Beck não leva em conta a negação do Holocausto, ou como a oposição a atos de comemoração está agora ligada a políticas do Oriente Médio, às diferenças entre ações oficiais e sentimento popular, ou à rivalidade sobre a vitimação pós Segunda Guerra Mundial por toda a Europa.

Gerard Delanty assumiu uma linha pós-institucional mais radical (Delanty e Rumford, 2005: 20), enxergando a Europa essencialmente como um espaço de possibilidades para a atração cosmopolita, onde o desafio para a UE consistiria em “criar espaços de comunicação” (Delanty e Rumford, 2005: 68).

Assim, a comunicação é considerada valiosa principalmente por articular conexões através da UE, e não por construí-la como uma comunidade política ou uma identidade coletiva. A partir desse ponto de vista, a esfera pública europeia não é tanto um espaço institucional que deve democratizar a União – ou lidar com o passado da Europa – quanto uma plataforma de lançamento pós-institucional para uma nova orientação do mundo que crescentemente irradia seu caráter europeu.

COMUNICAÇÃO POLÍTICA EUROPEIZADA?

Tais tensões mal-resolvidas na teoria social e política também refletem no atual debate sobre comunicação política e esfera pública na Europa. Por causa dos crescentes conflitos entre o fazer político da UE e os estados-membros, isso também pressiona cada vez mais a agenda dos discursos políticos midiáticos sobre políticas nacionais. Como isso deve ser interpretado?

A problemática principal é a extensão em que a comunicação política deve ser julgada para ter um impacto formativo na cidadania, identidade coletiva e patriotismo, deslocando-os de suas duradouras e exclusivas alianças com os estados-membros (e nações) para uma cidadania europeia mais inclusiva, para uma identidade coletiva e um patriotismo constitucional.

A linha divisória vê então seu fim, uma vez que a comunicação toma a liderança na criação de uma esfera pública europeia. O que isso significa é em si mesmo uma questão de debate. O espaço comunicativo europeu pode ser comparado a uma esfera pública única e geral, no modelo do estado-nação? Ou, dada a complexidade da Europa, é melhor considerá-lo como algo constituído pela sobreposição de esferas públicas?

Alguns teóricos – Klaus Eder, por exemplo – defendem um tipo de efeito disseminador, no qual a difusão de argumentos e perspectivas diversas através das fronteiras nacionais estimula um nível europeu liberal de engajamento político por meio de um processo de aprendizagem política (Eder, 2007; Trenz e Eder, 2004). No entanto, é possível notar que as esperanças depositadas sobre questões educativas do debate constitucional não têm sido por enquanto constatadas.

Nessa conexão, é hora de revisar pressuposições sobre a capacidade da mídia elitizada, ou do serviço público de difusão de informações, de operar coletivamente por todos os estados-membros como instrumentos de esclarecimento. Os sistemas de difusão são cada vez mais fragmentados sob as pressões de competição econômica e convergência digital. Os jornais elaboram uma complexa concepção da internet, como se ela desenvolvesse novas formas de trabalho. Sem dúvida, cada vez mais a evolução da internet propõe novas questões sobre as condições sob as quais a imprensa tradicional deveria trabalhar.

Para grande parte das classes políticas, o desafio de conseguir a credibilidade do grande público por meio das mídias está apto a crescer, e novas dificuldades já aparecem devido a uma troca geracional nos padrões de consumo midiático pelos jovens. Splichal (2006: 703) questiona justamente o impacto negativo de tais tendências na “democratização midiática”.

Ainda que a mídia na UE possa direcionar conteúdos similares simultaneamente em diferentes estados-membros, isso não significa a difusão massiva de uma visão de mundo europeia. E mesmo que a disseminação do conteúdo midiático seja uniforme, isso não o impediria de ser diversamente interpretado. Nos estados-membros, os valores editoriais nacionais continuam moldando as reportagens e comentários das temáticas europeias (Kevin, 2003: 179). Até nos momentos constitucionais, a cobertura é formada essencialmente em termos de políticas nacionais (Gleissner e de Vresse, 2005).

Conseqüentemente, se as novas agendas se transformaram em variadas extensões europeizadas por toda a UE, para os públicos nacionais isso não tem sido traduzido em um convite tentador para se tornar europeu. A atual força nacional da prática jornalística e das estruturas de referência esclarece a clara dificuldade de desenvolver um jornalismo para o público europeu. O que se refere ao nível popular também afeta as elites culturais. Sem dúvida, isso reage mais como o resultado de um *networking* europeu, encorajado e permitido pelas instituições da União assim como por outros corpos europeus. No entanto, como destaca Abram de Swaan (2007), isso não resulta, por enquanto, na formação de uma *intelligentsia* europeia com sua encorajadora panóplia cultural.

Podem a esfera pública midiática e a agenda de notícias convergentes “europeizar” significativamente o público nacional constituinte da UE em longo prazo? Isso pode acontecer, mas somente – parece-nos – devido a numerosas condições subordinadas, tais como uma política pan-europeia comum, uma política estrangeira de defesa comum, competências lingüística e cultural, e assim por diante. Resumindo, dando passos maiores em direção ao federalismo.

UMA PALAVRA FINAL

O desenvolvimento de uma esfera pública europeia é, no fim das contas, baseado na interação entre as instituições da UE e as redes transnacionais que o desenvolvimento institucional tem produzido. Nem todas as instituições possuem a mesma centralidade; nem todas as redes possuem o mesmo nível de interação. O espaço público transnacional – relativamente fraco – tem certamente evoluído em torno dos atores políticos nas instituições da UE. Mas isso não constitui ainda uma esfera pública europeia. E sem dúvida, isso também não constitui algo menos coeso, isto é, uma esfera europeia de público geral.

Na verdade, estados, nações e regiões possuem ainda uma importância crucial como locais de debate e como fontes de identidade. A europeização constitui por si mesma um processo profundamente ambíguo. Quem agora – e no futuro – conseguir a permissão de ser um europeu será alvo fácil para conflitos entre inclusão e exclusão dentro dos estados-membros e mesmo nas fronteiras da UE. Pelo fato de a europeização ser um processo de definição de fronteiras, assim como uma definição transnacionalizante, isso não necessariamente aponta para um efeito cosmopolita. ■

Agradecimentos

Meus agradecimentos ao EJC por me convidar para esse simpósio florentino e solicitar essa contribuição. Esse artigo é uma livre adaptação de minhas contribuições em *The European Union and the Public Sphere: A Communicative Space in the Making?* (Fossum e Schlesinger, 2007).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 2nd ed. London: Verso.
- BAUET, Otto (2000). *The Question of Nationalities and Social Democracy*. Trans. Joseph O'Donnel. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- BECK, Ulrich (2006). *Cosmopolitan Vision*. Cambridge: Polity Press.
- BILLIG, Michael (1995). *Banal Nationalism*. London: Sage.
- CASTELLS, Manuel (1998). *End of Millennium*. Maiden, MA: Blackwell.
- CASTIGLIONE, Dario & Chris Longman (eds.) (2007). *The Language Question in Europe and Diverse Societies: Political, Legal and Social Perspectives*. Oxford: Hart Publishing.
- CORMACK, Mike & Niamh Hourigan (eds.) (2007). *Minority Language Media: Concepts, Critiques and Case Studies*. Clevedon, Buffalo, OH and Toronto: Multilingual Matters Ltd.
- DELANTY, Gerard & Chris Rumford (2005). *Rethinking Europe: Social Theory and the Implications of Europeanization*. London: Routledge.
- DE SWAAN, Abram (2007). "The European Void: The Democratic Déficit as a Cultural Deficiency". In: J. E. Fossum & P. Schlesinger (eds.). *The European Union and the Public Sphere: A Communicative Space in the Making?* London and New York: Routledge, pp. 135-53.
- DEUTSCH, Karl W. (1966). *Nationalism and Social Communication: An Inquiry into the Foundations of Nationality*, 2nd ed. Cambridge, MA: MIT Press.

- EDER, Klaus (2007). "The Public Sphere and European Democracy: Mechanisms of Democratisation in the Transnational Situation". In: J. E. Fossum & P. Schlesinger (eds.). *The European Union and the Public Sphere: A Communicative Space in the Making?* London and New York: Routledge, pp. 44-64.
- EUROPEAN Commission (2006). "White Paper on a European Communication Policy". COM (2006) 35 final, Brussels, February 2006.
- FOSSUM, John Erik & Philip Schlesinger (eds.) (2007). *The European Union and the Public Sphere: A Communicative Space in the Making?* London and New York: Routledge.
- GELLNER, Ernest (1983). *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- GLEISSNER, Martin & Claes H. de Vreese (2005). "News about the EU Constitution: Journalistic Challenges and Media Portrayal of the European Union Constitution". *Journalism* 6 (2): 221-41.
- HABERMAS, Jürgen (1996). *Between Facts and Norms: Contribution to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, MA: MIT Press.
- HABERMAS, Jürgen (2004). "Why Europe Needs a Constitution". In: E. O. Eriksen, J. E. Fossum & A. J. Menéndez (eds.). *Developing a Constitution for Europe*. London and New York: Routledge, pp. 19-34.
- JOÛET, Josiane & Dominique Pasquier (eds.) (2001). "Médias et migrations". *Réseaux* 19 (107; monograph issue): 7-262.
- KEVIN, Deirdre (2003). *Europe in the Media: A Comparison of Reporting, Representation, and Rhetoric in National Media Systems in Europe*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- MORAGAS Spà, Miquel; Carmelo Garitaonandía & Bernat López (eds.) (1999). *Television on Your Doorstep: Decentralization Experiences in the European Union*. Luton: University of Luton Press.
- SCHLESINGER, Philip & François Foret (2006). "Political Roof and Sacred Canopy? Religion and the EU Constitution", *European Journal of Social Theory* 9 (1): 59-81.
- SPLICHAL, Slavko (2006). "In Search of a Strong European Public Sphere: Some Critical Observations on Conceptualizations of Publicness and the (European) Public Sphere". *Media, Culture and Society* 28 (5): 695-714.
- TRENZ, Hans-Jörg & Klaus Eder (2004). "The Democratising Dynamics of a European Public Sphere: Towards a Theory of Democratic Functionalism". *European Journal of Social Theory* 7 (1): 5-25.

